

COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU: PROPOSTAS PARA QUE A RIQUEZA GERADA POSSA RERORNAR À COMUNIDADE DE SÃO JOÃO DA BARRA UTILIZANDO A FERRAMENTA ACCOUNTABILITY

Bruno da Silva Lopes

Bacharel em Direito/FDC/RJ
brunolopes.advogado@yahoo.com.br

Diego Azevedo Moraes

Bacharel em Direito/UNIVERSO/RJ
diego_centalarm@hotmail.com

Ewerton Victor Martins

Bacharel em Direito/FDC/RJ
madrugaevm@yahoo.com.br

Lauro Gonçalves de Miranda

Especialista em Ciências Aeronáuticas/UNESA/RJ
lauromiranda@oi.com.br

Gleide Terezinha de Azevedo Gomes

Especialista em Gestão da Comunicação Empresarial/PUC/MG
gleide.gomes@llx.com.br

RESUMO

A população Norte-Fluminense observa, atualmente, uma enorme mudança na região com a chegada do Complexo Portuário do Açú. Investimentos milionários, movimentando interesses mundiais despertam diversas pessoas que visam o município de São João da Barra, palco principal dessa transformação, para um melhor futuro. Porém, diante de tamanho empreendimento, torna-se necessária uma maior fiscalização e transparência das receitas públicas, além de estudos relacionados aos impactos advindos da implantação de um projeto tão audacioso. Toda a região necessita estar preparada para receber essas mudanças da melhor maneira possível, sendo moldada para o menor impacto, na esfera populacional, com uma melhor educação e qualificação profissional, bem como na área estrutural, como a parte de saúde e segurança. Este trabalho retrata exatamente o cenário atual, no qual a Responsabilidade Social, tanto das empresas que serão instaladas no Complexo, quanto do Governo municipal, é fator primordial para a visualização da sociedade, do real destino das verbas públicas. Diante desse controle, a população passa a ter maior poder para evitar possíveis abusos ou desvios, sendo utilizada para isso, a ferramenta Accountability.

Palavras-chave: Porto do Açú; Accountability; Responsabilidade Social.

ABSTRACT

The population of Norte-Fluminense observes, nowadays, an enormous changing at the region with the arrival of the Açú Port Complex. Millionaires investments, moving world interests, evoke many people who are interested on São João da Barra city, main stage of this changing for a better future. However, facing this

enterprise, becomes a need for greater supervision and transparency of public revenues, besides studies related to the impacts from insertion of so audacious project. The entire region needs to be prepared to receive those changes in the best possible way, being shaped for the smallest impact on population, with better education and professional qualification, as well as on structural area, as in the part of health and safety. This work portrays exactly the current scenario, in which Social Responsibility, either of the companies which will be installed at the complex or the municipal government, is the primary factor for society viewing of the real target of public funds. Towards this control, population achieves more power to prevent possible abuses or deflections, using for this purpose the tool Accountability.

Keywords: Açú Port; Accountability; Social Responsibility.

1. INTRODUÇÃO

No século XVIII as dificuldades para transportar mercadorias aos principais mercados e viabilidade de utilizar o Rio Paraíba do Sul, qualificaram São João da Barra como base logística para produtos das regiões norte e serra fluminense, interior mineiro e capixaba. Durante 150 anos, navios partiam escoando açúcar, farinha de mandioca, charque, madeiras, laticínios, frutas, café, leguminosos e hortaliças para portos de Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Santos.

Atraíram-se importantes investimentos na construção naval, fazendo que o município tivesse uma base industrial composta de seis estaleiros com muitos trabalhadores gerando riqueza para os empresários que construíam suntuosos casarões e investiam em atividades culturais usufruindo de todo status, próprio do surto de prosperidade, enquanto isso a massa de salários incrementava o comércio local e regional.

Viu-se grande crescimento econômico entre 1740 a 1880 e a previsível queda no final do século XIX. Crise nos engenhos em função da queda da oferta de trabalho escravo, abertura do canal Campos Macaé, liberação da navegação de cabotagem aos barcos estrangeiros e a chegada da estrada de ferro, representaram muito no processo de perda do poder competitivo do transporte de cabotagem, desmontando a estrutura industrial, conduzida para o Rio de Janeiro, deixando para trás um ambiente decadente de pobreza. No século XX, a cana de açúcar em decadência e a fábrica de bebidas, seguraram a economia local.

Considerando o aspecto temporal e evolução tecnológica nesses duzentos e cinquenta anos, dentre os modernos gargalos competitivos, o relacionado ao escoamento de produtos direcionados aos mercados mais importantes continua sendo fonte de problemas. Os portos brasileiros compõem o chamado “Custo Brasil”, que inibe o avanço do comércio internacional e tira a competitividade de setores econômicos brasileiros importantes, pressionando o emprego e renda interna.

Neste cenário, SJB volta a habilitar-se como base logística ao escoamento de minério de ferro de MG e outros produtos de qualquer parte, apresentando condições de viabilidade técnica e competitiva perante os mais importantes portos brasileiros. A estrutura logística, construída numa retro área com acesso ao Atlântico, poderá atrair diferentes aglomerações industriais caçadoras de vantagens competitivas.

O Complexo Logístico Portuário do Açú, é composto por Terminal Portuário, Usina de Pelotização, Piers off-shore com acesso por um canal com calado de 21m e capacidade para receber navios de grande porte com berços de atracação especializados e dedicados para as diferentes famílias de produtos.

É parte de um projeto ainda maior da MMX, empresa do Grupo EBX, o Sistema Minas-Rio, que compreende na construção de uma usina para extração de minério de ferro localizada em Alvorada/MG, com capacidade produtiva estimada em 26,5 milhões de toneladas ao ano de finos de pelotização e um minero duto de 525 km de extensão, a ser utilizado para transportar a polpa de minério de ferro até o Porto do Açú, tal sistema viabilizará eficiente corredor de exportação das regiões Centro-Oeste/Sudeste.

Ao complementar as atividades portuárias de minério, a LLX iniciará as operações dos demais piers para movimentar outros tipos de cargas. O Porto terá capacidade para movimentar 11,5 milhões de toneladas de carvão, atendendo à demanda de empresas siderúrgicas situadas na sua área de influência, assim como às necessidades de uma planta termoeletrica que fará parte do Complexo, contando ainda com terminal de carga geral, capacitado a movimentar contêineres, granito e produtos siderúrgicos.

Foi projetado ainda um terminal de granéis líquidos, que atenderá primeiramente as necessidades de movimentação de etanol, derivados de petróleo e Gás Natural Liquefeito (GNL), com capacidade de 4 milhões de m³/ano.

Além disso, foram destinados dois berços de atracação para logística offshore, com capacidade para aproximadamente 1,2 mil atracações e movimentação de 90 mil toneladas de carga/ano, além de área de armazenagem de fluido de perfuração.

Essa parte offshore do CLPA, somado ao projeto de construção de um estaleiro pela OSX na mesma região, atenderá às necessidades das plataformas e navios da empresa OGX, também do Grupo EBX, atuante na área de exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos.

O Complexo terá retro área de 6,9 mil hectares projetada para abrigar diferentes segmentos econômicos, por isso, por Lei Estadual foi contemplado com a condição de Distrito Industrial, estabelecendo condições favoráveis para instalação e desenvolvimento de indústrias, incluindo plantas siderúrgicas, termoeletricas, gaseificação, indústria automotiva, pólo metal-mecânico, refinaria, armazenagem e logística.

O CLPA inicialmente teria capacidade para receber navios Capesize, de até 150 mil toneladas, mas recentemente em seu Twitter, o empresário Eike Batista, declarou que o Porto do Açú receberá navios Chinamax, que chegam a 400 mil toneladas, quase três vezes mais que um Capesize, são os maiores navios do mundo, medindo cerca de 360 metros, simbolizando produtividade e eficiência no transporte marítimo brasileiro.

Todas essas informações, números e projetos, confirmam o tamanho desse empreendimento e a mudança que está trazendo para nossa região, sendo importantíssimo para o desenvolvimento social da população sanjoanense, corroborando com a preocupação de que essa riqueza gere melhorias para toda comunidade, destacando-se nesse processo de modernização e crescimento a boa-fé e probidade dos nossos governantes.

Serão milhares de empregos gerados, direta ou indiretamente, sem contar com aumento sem precedentes da arrecadação municipal e estadual com impostos gerados pelas transações comerciais realizadas em função do CLPA.

As propostas apresentadas nesse trabalho servirão para auxiliar na fiscalização da utilização desses recursos, tornando a comunidade mais participativa, proativa, com acesso a informações importantes para o seu futuro, uma sociedade independente, com interesse nos atos públicos, com ânimo para transformar sua cidade, sua casa, em um lugar próspero e afortunado.

O Porto do Açú passa a ter o status de porta para o futuro, janela para o mundo, com perspectivas imensuráveis de crescimento social e econômico, por isso não desejamos que se repita o que ocorre em cidades portuárias, onde um porto acaba levando consigo, favelização, violência, drogas e prostituição, medidas inteligentes evitarão problemas de um crescimento desordenado.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para dimensionar os impactos financeiros que esse empreendimento trará para São João da Barra, buscamos informações sobre a origem das receitas, seus valores e sua destinação, além de ilustrarmos o crescimento populacional e suas necessidades futuras.

Visualizaremos a transformação da região com a implementação da área industrial no Açú no mapa de macrozoneamento de SJB.

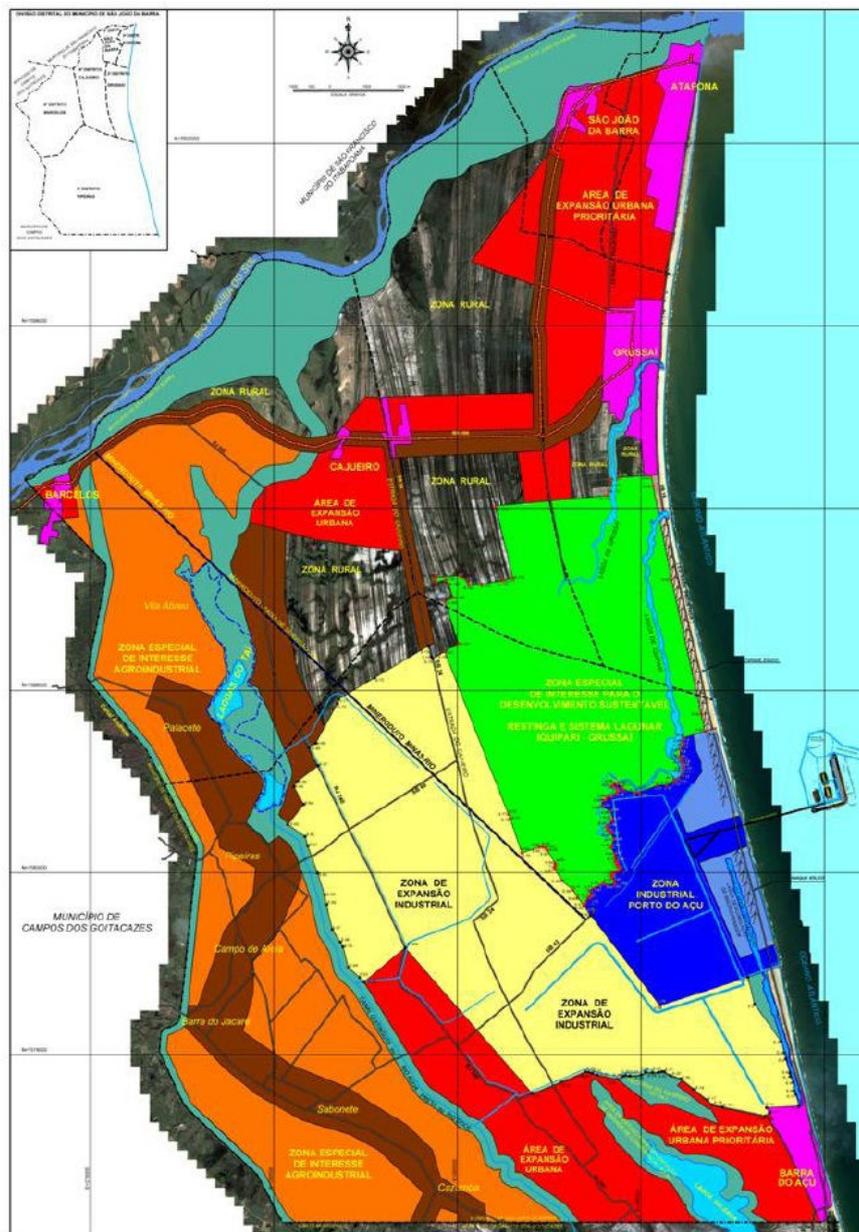


Figura 1: Mapa do macrozoneamento de São João da Barra. Fonte: <http://portodoacu.blogspot.com>.

Regiões destacadas: azul, zona industrial do Porto do Açú; verde, zona de desenvolvimento sustentável; vermelho, áreas de expansão urbana; amarelo, zona de expansão industrial; rosa, áreas urbanas; cinza, zonas rurais; marrom, localidades rurais; e laranja, zona de interesse agroindustrial.

Incluindo a retro área, a unidade de beneficiamento para exportação de minério, a termoeletrica a carvão e o distrito industrial, toda a área ser ocupada pelo Complexo Logístico Portuário do Açú compreende 90 Km² ou 20,8% dos 431,9 Km² do município de SJB.



Figura 2: O Megaempreendimento de Eike Batista. Fonte: <http://economia.ig.com.br>.

O fato explica porque o Grupo EBX, escolheu a região para instalar esse Complexo, pois é uma área litorânea livre no sudeste para ocupação deste porte, com calado natural de ótima profundidade e com valores acessíveis.

Com a implantação e funcionamento do CLPA e seu rol de empresas, as receitas de tributos de prestação de serviços, movimentação de mercadorias, impostos de importação e exportação, serão multiplicadas inúmeras vezes nos próximos anos, e boa parte dessas verbas se destinará aos cofres municipais.

Dentre tais tributos temos o ISS (Imposto Sobre Serviços), competência municipal, como diz o artigo 156, III da Constituição Federal, cobrado no município onde ocorre o fato gerador; e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que é imposto estadual, mas que os municípios têm participação na arrecadação: 25% são repassados ao município, sendo 75% do valor adicionado por cada município e 25% respeitam o critério populacional.

Segundo MACHADO (2001):

O ISS tem função predominantemente fiscal. É importante fonte de receita tributária dos Municípios. Embora não tenha alíquota uniforme, não se pode dizer que seja um imposto seletivo. Muito menos se pode dizer que o ISS tenha função extra-fiscal relevante¹.

A construção de um porto é fonte inesgotável de serviços na construção civil e, com seu funcionamento, em diversos setores relacionados à movimentação, importação e exportação de cargas, sendo que cada contrato de prestação de serviço firmado nessa área portuária sempre conta com muitos dígitos, na casa dos milhões.

A cobrança do ISS também vem disposta na Lei Orgânica de 1990 de SJB em seu artigo 117, IV, que destaca no § 20:

O imposto sobre serviço (ISS) incidirá, além das situações definidas em Lei, quanto ao território do Município, nas projeções aéreas e marítimas da sua área continental, especialmente as correspondentes partes da plataforma continental e do mar territorial².

Cabe explicar: Área Continental é a continuação do território até o limite do oceano; Plataforma Continental é o nome dado às margens dos continentes, onde é possível distinguir o fim de um continente e o início de outro; e Mar Territorial é a faixa de 12 milhas náuticas (22,2 Km) desde a linha base (costa).

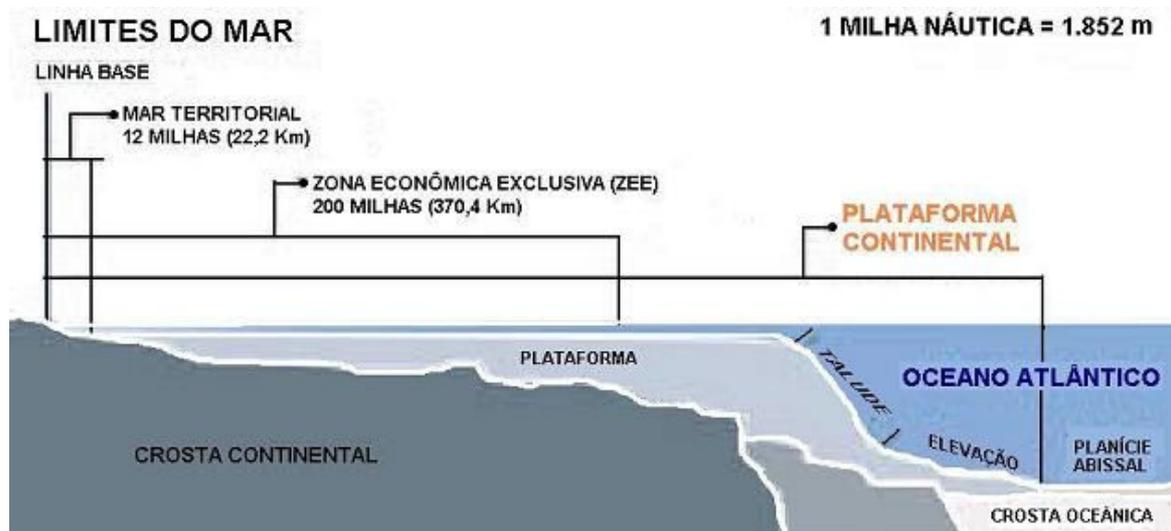


Figura 3: Limites do Mar. Fonte: <http://www.ambito-juridico.com.br>.

O legislador se preocupou em garantir ao município receita vinda de movimentações marítimas, mesmo porque a cidade tem grande tradição histórica nesse tipo de comércio.

O ISS é definido pela Lei Municipal nº 032/03 que adequou o Código Tributário Municipal de 1991, definindo duas alíquotas em 42 tipos de serviços detalhados em 194 itens. Quatro tipos têm alíquotas de 5% (Lazer, Diversões e Entretenimento; Fotografia, Cinematografia, Fonografia e Repografia; Bancários e Financeiros; Transporte de Natureza Municipal), os demais 2,5%.

Reflexos do CLPA na economia sanjoanense são observados desde o início do projeto, em 2007, a arrecadação do ISS, que é o imposto mais relevante do conjunto das receitas tributárias, subiu 35,60% com relação a 2006.

Em 2008, as obras evoluíram e diversas empresas de serviços passaram a operar no município. Nesta etapa o substancial aumento da tributação chegou a 482,55% em relação a 2007.

Em 2009, os investimentos esfriaram em consequência da crise financeira de 2008, fazendo com que as atividades correntes fossem mantidas, aguardando novo momento de estabilidade econômica, especialmente no exterior, para deslançar novos projetos. Nesse contexto, a receita em 2010 chegou a R\$ 9.043.878,06, que comparado com 2005 (R\$ 750.186,89) demonstra crescimento de 1.105,50%, comprovando a importância do projeto para o aumento das receitas tributárias do município. Estima-se que em 2013, com os carregamentos a todo vapor, o município arrecade a quantia anual de R\$ 20.000.000,00 em ISS.

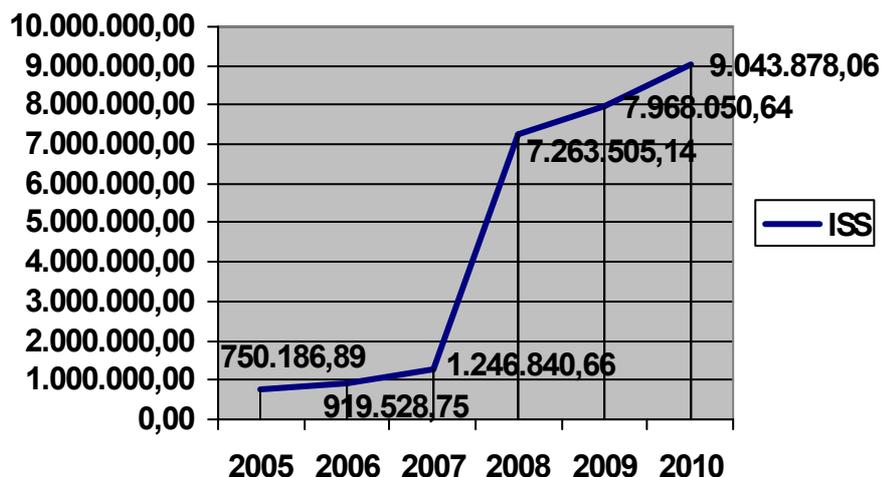


Figura 4: Evolução da arrecadação de ISS em São João da Barra. Fonte: Elaboração própria com base em Ribeiro, A.C. (2010).

Outro importante tributo para o município é o ICMS, que nos últimos anos vem aumentando gradativamente: em 2004 R\$ 13,1 milhões, em 2009 R\$ 16,4 milhões, e em 2010 o Município arrecadou a quantia de R\$ 21,6 milhões em repasses de ICMS, crescimento de 65% no período.

A esses recursos, nos últimos anos, somam-se os Royalties e a Participação Especial recebidos pelo município, que chegaram ao valor de R\$ 203,1 milhões em 2010, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1: Evolução das Indenizações referentes aos Royalties em São João da Barra. Fonte: Ribeiro, A.C. (2010).

ANO	ROYALTIES	PARTICIPAÇÃO ESPECIAL	TOTAL DAS INDENIZAÇÕES
2005	R\$ 38.065.549,55	R\$ 4.850.871,10	R\$ 42.916.420,65
2006	R\$ 46.379.044,37	R\$ 8.202.566,91	R\$ 54.581.611,28
2007	R\$ 38.997.695,02	R\$ 6.599.847,42	R\$ 45.597.542,44
2008	R\$ 79.193.445,45	R\$ 68.398.890,51	R\$ 147.592.336,96
2009	R\$ 73.127.945,30	R\$ 85.450.035,10	R\$ 158.577.980,40
2010	R\$ 98.323.180,62	R\$ 104.810.847,58	R\$ 203.134.028,20

O conceito de Royalties segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP):

Compensação financeira devida pelos concessionários, paga mensalmente, com relação a cada campo, a partir do mês em que ocorrer a respectiva data de início da produção, sendo distribuída entre estados, municípios, Comando da Marinha do Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia e um Fundo Especial, administrado pelo Ministério da Fazenda³.

A PE, prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478/97, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme critérios definidos no Decreto nº 2.705/98.

Sobre a arrecadação de Royalties, observa-se um aumento substancial nos últimos cinco anos, sendo que em 2005 o valor foi R\$ 38,1 milhões e já em 2010 foi R\$ 98,3 milhões, crescimento de 158%.

Já com a PE, a situação se repetiu, sendo que em 2005 o município recebeu R\$ 4,9 milhões e em 2010 R\$ 104,8 milhões, crescimento de absurdos 2.039%, considerando os dois períodos.

Destaca RIBEIRO (2010), que “uma outra avaliação importante, diz respeito à participação dessas indenizações na estrutura de receitas correntes do município”, demonstrando a dependência municipal dos Royalties, que são sua maior fonte de receita, conforme quadro a seguir.

Quadro 2: Participação percentual dos Royalties e Participações nas Receitas Correntes em SJB. Fonte: Ribeiro, A.C. (2010).

ANO	RECEITAS CORRENTES	ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES	PARTICIPAÇÃO %
2005	R\$ 72.960.413,25	R\$ 42.916.420,65	58,82%
2006	R\$ 93.317.860,14	R\$ 54.581.611,28	58,49%
2007	R\$ 97.721.385,95	R\$ 45.597.542,44	46,66%
2008	R\$ 202.387.144,85	R\$ 147.592.336,96	72,93%
2009	R\$ 196.778.061,60	R\$ 158.577.980,40	80,59%

O crescimento das receitas orçamentárias de SJB foi impulsionado pelo aumento das transferências de Royalties e PE. O crescimento das receitas correntes de 2005 para 2009 foi de 169,70%, enquanto o das transferências relacionadas à produção de petróleo, no mesmo período, foi de 269,50%.

Outro problema enfrentado pelo município é que investimentos na região não acompanham o crescimento de arrecadação dos Royalties e dos impostos sobre produtos e serviços, ocasionando um déficit em seus valores. Essa ausência de investimentos tem implicações nocivas para a sociedade, afetando, de sobremaneira, o desenvolvimento econômico e social, aprofunda a pobreza e exclui os cidadãos.

De acordo com RIBEIRO (2010):

As despesas com investimento compõem as despesas de capital no orçamento municipal. O investimento representa um gasto essencial para a dinâmica econômica local e o bem estar socioeconômico da população. Uma boa infraestrutura econômica relacionada à estradas, energia, comunicação e qualificação profissional e empresarial atrai investimentos produtivos, enquanto que uma boa infraestrutura social relacionada a saneamento básico, saúde e educação insere e promove o cidadão, permitindo a sua evolução humana e competitiva.

Quadro 3: Participação percentual do Investimento nas Receitas Correntes em São João da Barra. Fonte: Ribeiro, A.C. (2010).

ANO	RECEITAS CORRENTES	DESPESAS DE INVESTIMENTO	PARTICIPAÇÃO %
2005	R\$ 72.960.413,25	R\$ 4.803.462,82	6,58%
2006	R\$ 93.317.860,14	R\$ 4.614.411,11	4,94%
2007	R\$ 97.721.385,95	R\$ 8.719.681,80	8,92%
2008	R\$ 202.387.144,85	R\$ 29.838.131,50	14,74%
2009	R\$ 196.778.061,60	R\$ 11.311.872,24	5,75%

Podemos observar que SJB apresenta dificuldade para alocar recursos na categoria investimento. Em 2005, foi contabilizado um gasto com investimento de R\$ 4,8 milhões, o equivalente a 6,58%, e em 2009 foi contabilizado R\$ 11,3 milhões, 5,75% das receitas correntes. Na verdade, o não crescimento proporcional do investimento nas receitas correntes, indica que gastos com custeio são extremamente altos e não garantem a sustentabilidade necessária ao processo de desenvolvimento do município.

A participação popular é essencial para que esse desenvolvimento seja moldado às necessidades e expectativas da coletividade dos munícipes de SJB, onde se deve buscar melhoria coletiva dos serviços básicos e implementar novos serviços de excelência para a população.

A perspectiva de aumento populacional de SJB para os próximos anos é enorme, pois o desenvolvimento da região atrairá cada vez mais habitantes, o que causará, indubitavelmente, maiores demandas em saúde, educação, infraestrutura, segurança e transporte. Deve-se visar à preparação da cidade para receber esses novos habitantes, que chegam trazendo necessidades essenciais de acesso aos serviços públicos.

De acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ilustrados no gráfico, a população de SJB nos últimos cinco anos já cresce de maneira surpreendente, projetando para os próximos cinco ou dez anos um crescimento ainda maior, fato que demandará políticas públicas sérias para que essa evolução demográfica não se torne um sério problema social.

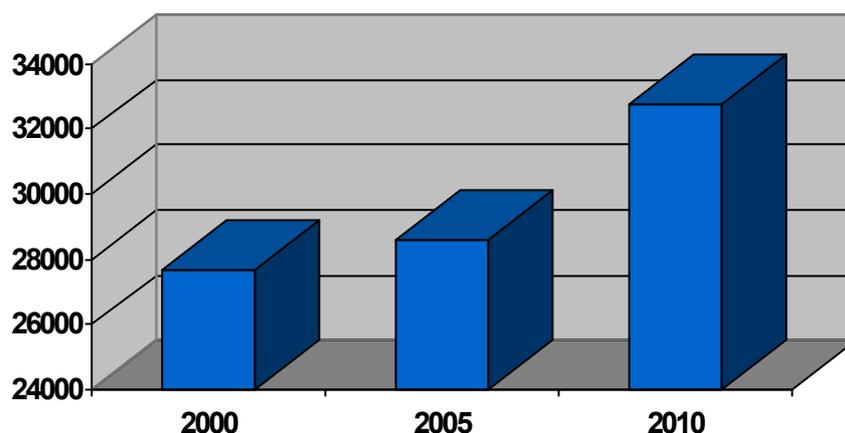


Figura 5: Evolução Populacional em São João da Barra na última década. Fonte: Elaboração própria com base no IBGE.

Entre o ano de 2000 e o de 2005 de 27.682 habitantes passou para 28.609 habitantes, crescimento de aproximadamente de 3,5%.

Já no período de 2005 a 2010 teve um crescimento de aproximadamente cinco vezes mais que o período anterior, chegando ao número de 32.767 habitantes, cerca de 14,5% de aumento.

Curiosamente esse pequeno “bum” populacional coincide com o início das obras do CLPA, no fim de 2007, reforçando a necessidade de políticas públicas sociais fortes para este município, com investimentos pesados nas áreas sociais e desenvolvimento estrutural da cidade.

Com relação à economia do município, dados de 2007 mostram que a indústria e os serviços contribuíam com a maior parte da riqueza gerada, fato explicado pela atividade petrolífera desenvolvida no mar.

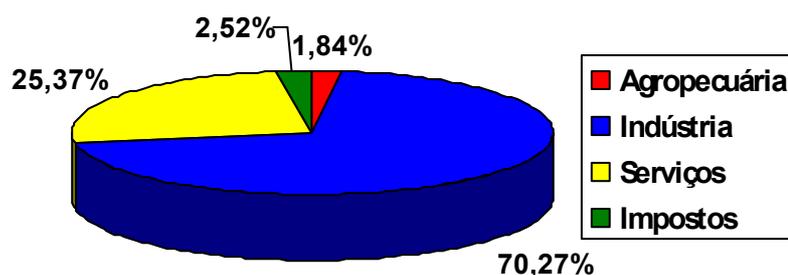


Figura 6: Distribuição da riqueza em São João da Barra (2007). Fonte: Ribeiro, A.C. (2010)

Outro fator importante a ser analisado é a evolução do quadro de empregos, setor onde se espera muito crescimento já que para a construção do CLPA, e para o seu pleno funcionamento serão necessários milhares de trabalhadores.

Na comparação das ofertas de emprego com carteira assinada dos períodos de 2003/2006 e 2007/2010 temos um aumento em diversos cargos que antes não tinham procura na região.

Quadro 4: A trajetória do emprego em São João da Barra. Fonte: Ribeiro, A.C.

Ocupações relacionadas ao CPA	2003/2006	2007/2010
Motorista de caminhão	29	151
Auxiliar de escritório	21	77
Servente de obras	16	628
Carpinteiro	0	68
Mecânico manutenção	0	45
Contínuo	0	30
Faxineiro	0	25
Vigia	0	32
Motorista furgão	0	17
Eletricista de manutenção	0	15
Soldador	0	43
Montador de andaimes	0	11
Topógrafo	0	11

Conclui-se que as obras do CLPA impulsionaram essa realidade no setor de empregos na cidade, pois empresas responsáveis pela obra devem manter, sempre que possível proporção de 50% de mão de obra local, gerando oportunidades aos trabalhadores da região.

Para se manter o número de contratações na região, é necessário que o Poder Público invista cada vez mais em políticas de qualificação profissional da população, o que facilita também o trabalho das empresas, que gastariam muito mais trazendo mão de obra de outros lugares.

De acordo com RIBEIRO (2010):

O indicador de emprego formal tem favorecido São João da Barra. Em 2006 existiam 3.994 pessoas trabalhando com carteira assinada no município, segundo o Ministério do Trabalho. Em primeiro de janeiro de 2010 este número passou para 6.383 trabalhadores, ou seja, um crescimento de 59,81% no período. Entretanto, há de se considerar que dos 2.500 funcionários lotados no porto, aproximadamente, 60% vem de outras regiões, fato que leva os mesmos a transferirem parte de suas rendas para a suas cidades de origem⁴.

Fica demonstrado que SJB possui condições financeiras para implementar ótimas políticas públicas, e que nos próximos anos possuirá receitas cada vez maiores com o avanço das obras do CLPA e seu posterior funcionamento, juntamente com as inúmeras indústrias que se instalação na região portuária.

Buscamos neste trabalho as melhores formas para garantir que essa riqueza, bilhões por ano, possa ser investida em favor da população, dos mais necessitados, dos que realmente precisam de auxílio estatal.

Uma das formas possíveis para que a população tome conhecimento e participe dos atos de governo é a utilização da ferramenta Accountability Societal, caracterizada pela atuação da sociedade no controle das autoridades políticas, com ações de associações de cidadãos e movimentos com o objetivo de expor os erros governamentais e ativar o funcionamento das agências horizontais.

A própria LO/90 de SJB, em inúmeros artigos faz menção ao controle externo da Administração Pública, seja pela Câmara de Vereadores, eleitos por voto direto para representar o povo, seja por Associações e Organizações civis.

A Câmara, sempre por votação e aprovação por parte de seus componentes, pode legislar sobre tributos municipais, votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais, exceto quando se trate de Leis Orgânicas (artigo 13, I e II).

Nos últimos meses a oposição da Câmara de SJB, composta por cinco dos nove vereadores, o chamado G-5, vem dificultando a aprovação das propostas enviadas pelo Executivo municipal, o que vem causando grande confusão em diversos setores da sociedade.

A população vem participando dessas decisões políticas no município, mas somente daquelas que chamam a atenção pela importância ou pelo setor da sociedade atingido, o que demonstra que a participação popular ainda é uma iniciativa frágil, que só surge quando estimulada por pessoas influentes no meio social.

Todos os atos políticos devem ser acompanhados de perto pela sociedade, e não somente àqueles que apareçam na mídia, que digam respeito a grandes verbas ou decisões que mexam com a realidade de certa parcela da comunidade, pois são nos pequenos atos que a improbidade se instaura sem alarde.

O movimento popular, mesmo que orquestrado por alguns líderes, deve ter seu valor reconhecido, e deve ser estimulado a buscar sempre evoluir para que consiga fazer valer a força do povo.

Por isso os membros da Câmara devem ter o zelo de votar, pensando no povo que os elegeu, e não apenas para fazer perseguição política ao governante que está no mandato, ou votar em troca de agrados políticos e financeiros.

No artigo 14, XIII, da LO/90 há a previsão de autorização pela Câmara, de referendo ou plebiscito, estimulando a manifestação popular. Já no inciso XVI, alínea b, do mesmo artigo, encontramos uma norma que contempla a transparência tão desejadas por todos nós dos atos da administração pública.

b) as contas do Município ficarão, durante sessenta dias, anualmente, na Câmara Municipal, na Prefeitura e nas Associações de Morador que as requererem para exame e apreciação, à disposição de qualquer pessoa física ou jurídica, que poderão questionar-lhes a legitimidade nos termos da Lei 5.

Aqui se vê claramente a Accountability Societal, mas de maneira muito restrita, pois limita o acesso às contas públicas ao prazo de 60 dias, o que nos parece não ser o ideal para implantar um controle popular externo junto à Administração Pública.

Ainda por meio da Câmara, pode ser solicitado ao Prefeito informações sobre assuntos referentes à administração, dando-se prazo de 30 dias, prorrogável por igual período, sendo que se o Prefeito não cumprir o prazo, pode o Presidente da Câmara solicitar a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação (artigo 14, VIII, §§ 1º e 2º).

É comum no município que tais solicitações não sejam aceitas pelo Executivo, que acaba não as fornecendo, fazendo com que o assunto passe à esfera Judiciária.

Cabe ainda à Prefeitura e às Comissões da Câmara Municipal de SJB, realizar Audiências Públicas para assuntos de grande relevância aos cidadãos, para que os mesmos possam acompanhar e até mesmo levantar indagações e sugestões (artigo 26, II).

Ressalte-se que a Prefeitura vem realizando audiências públicas em todos os distritos do município, expondo informações e ouvindo os munícipes nas suas sugestões e reivindicações.

Dois artigos da LO/90 de SJB referentes à Administração Municipal nos chamaram a atenção por também fazerem menção ao controle popular externo:

Art. 69 – As atividades da Administração direta e indireta estão sujeitas a controle interno e externo.

§ 2º - O controle externo será exercido pelos cidadãos, individual ou coletivamente e pela Câmara Municipal.

Art. 70 – Os poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional⁶.

Estes dispositivos vêm indicar que o próprio Executivo Municipal deve manter o sistema de controle externo para que este exerça sua missão de fiscalização, leia-se controle externo como Câmara Municipal e cidadãos individualmente ou organizados.

Tais organizações devem ser reconhecidas pelos próprios governantes, pois um governo que passa pelo crivo do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e das Organizações Cívicas, pode ser considerado governo de administração correta e honesta.

As contas do município, fiscalização por parte da população, e investimentos que devem ser realizados pelo Gestor Público, fazem parte do caráter social da Administração Pública, sendo obrigatória a participação das Associações representativas da comunidade nessas questões, ilustra o artigo 193 da LO de SJB: “Na formulação e desenvolvimento dos programas de Assistência Social, o município buscará a participação das Associações representativas da comunidade⁷”.

Sobre a cooperação das Associações no planejamento municipal, ainda alude a Lei em seus artigos 238, 239 e 240:

Art. 238 – O Município buscará por todos os meios ao seu alcance a cooperação das Associações representativas no Planejamento Municipal.

§ Único – Para fins deste Artigo, entende-se como Associação representativa qualquer grupo organizado, de fins lícitos, que tenha legitimidade para representar seus filiados independentemente de seus objetivos ou natureza jurídica.

Art. 239 – O Município submeterá à apreciação das Associações, antes de encaminhá-los à Câmara Municipal, os projetos de lei do Plano Plurianual, do Orçamento Anual e do Plano Diretor, a fim de receber sugestões quanto à oportunidade e o estabelecimento de prioridades das medidas propostas.

§ Único – Os Projetos de que trata este Artigo ficarão à disposição das Associações durante 30 dias, antes das datas fixadas para a sua remessa à Câmara Municipal.

Art. 240 – A convocação das entidades mencionadas neste capítulo far-se-á por todos os meios à disposição do Governo Municipal⁸.

Aproveitar as crescentes receitas municipais, as previsões na LO/90 do município de participação popular, é o momento para estimular esse controle e difundir essa idéia utilizando a fórmula mais palpável para colocar em prática a verdadeira transparência nos atos públicos e privados, propondo outras práticas para que a riqueza gerada pelo CLPA possa ser investida na cidade e seus habitantes, trazendo qualidade de vida, construindo um futuro promissor.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseados nas pesquisas sobre a realidade de São João da Barra, afirmamos que os recursos necessários para uma mudança na gestão pública existem e a Lei Orgânica de 1990 oferece os caminhos, só faltando iniciativas para que a população faça parte ativamente desse desenvolvimento, sendo essencial para a construção de uma cidade cidadã.

Com as informações sobre o empreendimento, o impacto econômico e social na região, e a legislação municipal, constata-se que é necessário garantir o respeito das normas da LO/90, e que novas possibilidades de Accountability devem ser introduzidas, sendo a participação das empresas privadas nesse processo uma realidade, para perderem a oportunidade de integração com o meio em que estão se inserindo.

A idéia principal é propor iniciativas para que esse controle popular externo organizado seja uma realidade no dia a dia da cidade e da região, para isso devemos buscar melhores práticas de Accountability Societal e Governança Corporativa.

Não restam dúvidas que a LO/90 do município tem fortíssima intenção de garantir participação popular nos atos de governo, propiciando acesso dos cidadãos, organizados ou individualmente, a informações essenciais da Administração Pública, cobrando o dever de prestação de contas do Executivo Municipal, fiscalizado pela Câmara Municipal de Vereadores, representante do povo.

Identificamos algumas iniciativas públicas para estimular a participação popular, como audiências públicas em todos os distritos do município, divulgação dos atos de governo e as decisões da Câmara Municipal, divulgação de informações nos meios de comunicação locais, e interação com as associações existentes na região.

Para qualificação profissional, a prefeitura financia cursos de idiomas, de informática, e em parceria com empresas particulares e públicas, estimula treinamentos por meio de cursos gratuitos.

Registre-se também que várias obras estão em andamento no município, com projetos de alto nível, prédios com design moderno para abrigar os serviços que disponibilizados aos munícipes.

Da Câmara, podemos citar algumas iniciativas para estimular a participação popular, tais como as seções itinerantes, onde atos regimentais são exercidos fora da sede, em vários distritos do município, lembrando que pelo regimento interno essas seções são limitadas a duas por período legislativo.

O cidadão que tenha interesse em acompanhar os trabalhos dos legisladores, mesmo que a distância, conta com a facilidade da transmissão ao vivo online das seções que ocorrem no prédio da Câmara Municipal, bastando visitar o site e entrar na área destinada a TV Câmara, sendo mais uma forma de acompanhar o trabalho dos políticos de SJB, tendo conhecimento do que está sendo votado e decidido.

Frente a essas iniciativas realizamos pesquisa com a população de SJB, por amostragem foram entrevistadas 50 pessoas, ente 18 e 70 anos, moradores da cidade, em dezembro de 2010 na sede do município, que responderam doze perguntas, com o intuito de dimensionar o conhecimento e participação popular nos atos políticos e nos investimentos em desenvolvimento na região.

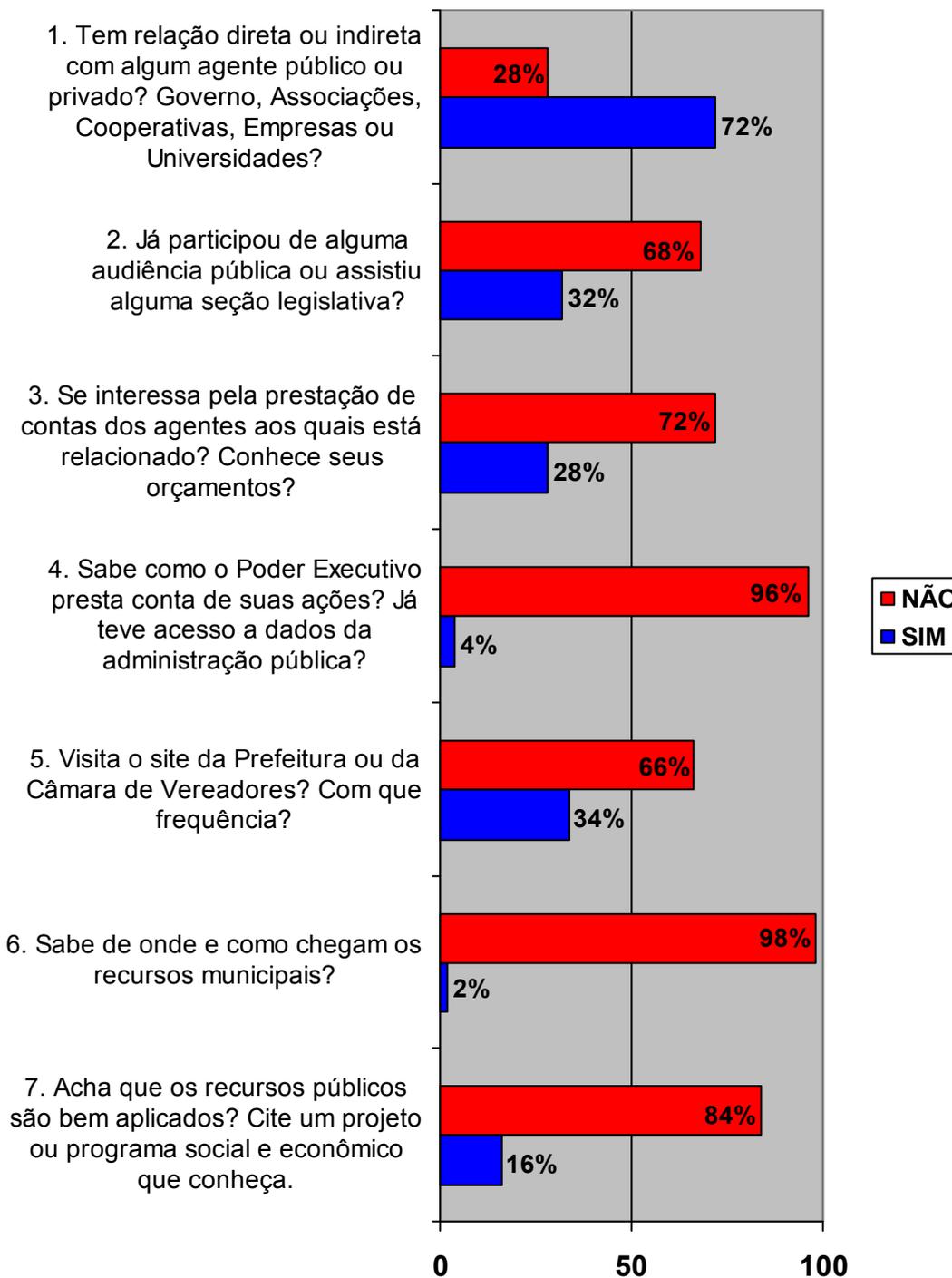


Figura 7: Resultado do questionário sobre Accountability.

Nas questões quatro e seis ficou evidente o desconhecimento da população quanto aos atos do poder público, pois 96% dos entrevistados afirmaram que não sabem como o Poder Executivo presta conta de suas ações, e 98% afirmaram que desconhecem a origem dos recursos financeiros municipais.

Ficou evidente também a falta de interesse nos assuntos políticos, onde a maioria não participa dos atos públicos do município, 30% dos que afirmaram que acessam o site da Prefeitura ou da Câmara, acessam esporadicamente, e aqueles que concordam com a aplicação do erário público citaram apenas três projetos ou programas sociais e econômicos.

A questão oito da pesquisa de opinião foi sobre a aplicação dos recursos públicos e em qual setor se deveria investir mais. Os setores mais citados foram saúde, educação e segurança, seguidos dos demais conforme o quadro.

Quadro 5: Pesquisa de opinião sobre a aplicação dos recursos públicos

Setores	Porcentagem
Saúde	94%
Educação	72%
Segurança	70%
Transporte	38%
Turismo	38%
Saneamento	30%
Esporte	10%
Meio Ambiente	6%

Constatou-se com essa pesquisa a insatisfação da população com a saúde no município, que sofre com falta de profissionais, e não conta com boa estrutura, casos graves são centralizados em Campos para atendimento na rede hospitalar daquele município por determinação da ANS.

Na questão nove mediu-se o conhecimento da população sobre o CLPA, 98% dos entrevistados afirmaram conhecer o empreendimento tendo acesso às informações principalmente na televisão e nos jornais.

Seguindo a pesquisa, levantamos a avaliação da população sobre o CLPA e sua instalação na região. Apurou-se que 70% avaliam como muito bom o empreendimento portuário.

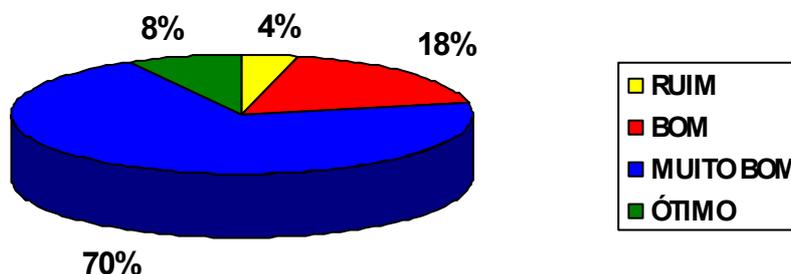


Figura 8: Avaliação do CLPA pela população de SJB.

A população se mostra confiante em melhorar a qualidade de vida no município, fato confirmado pela questão onze que revelou 90% de esperançosos em melhorar sua condição de vida em função do Complexo.

Por fim, avaliamos se a população realmente é ouvida pelos governantes, por meio de pesquisas de opinião pública, o resultado confirmou que os líderes não buscam o feedback necessário junto aos munícipes, pois 86% dos entrevistados afirmaram nunca ter participado de pesquisa de opinião.

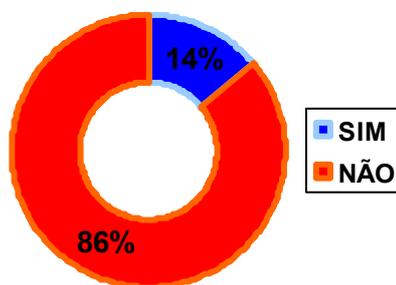


Figura 9: Participação da população de SJB em pesquisas de opinião pública.

Empresas que se instalarão no CLPA, precisam visualizar nesse contexto, a necessidade de interação com a comunidade, por meio de pactos sociais, projetos de responsabilidade social que tragam acessibilidade aos cidadãos interessados.

O particular que atualmente se mostra socialmente responsável, não está somente praticando boas ações sociais, está principalmente agregando valor à sua marca, demonstrando força à sociedade e solidez aos investidores.

Grandes empresas, inclusive multinacionais, já vêm implementando ações na área social e de Accountability, pois abrem seus relatórios ao público, onde discriminam investimentos, receitas, custos, metas, visão e missão da empresa na sociedade em que está inserida.

Exemplo dessa transparência pública é o Grupo EBX, que em seu site disponibiliza dados sobre investimentos, descobertas, parcerias, valor das ações na bolsa de valores, novos empreendimentos e projetos.

O empresário deve utilizar a facilidade de divulgação existente atualmente, principalmente a Internet, para fortalecer sua empresa com notícias e informações que aumentarão seu valor no mercado e confiança de seus investidores.

Atualmente, 2,5 mil pessoas trabalham nas obras do Porto do Açú, e o investimento em qualificação profissional não pára de crescer.

Iniciativas sociais do Grupo EBX nesta área surtem efeitos, sendo que até abril deste ano, 842 moradores de SJB estarão capacitados para trabalhar nas obras do Superporto do Açú, desde total, 442 já participam dos programas de capacitação e estão aptos a trabalhar diversas funções.

O diretor de desenvolvimento da LLX, João Salomão, informou recentemente que para 2011 a empresa precisará de 10 mil trabalhadores qualificados para trabalhar na construção do estaleiro, projeto recente do Grupo EBX, via OSX Construção Naval, que será inserido no CLPA.

Sobre esse projeto da UCN Açú as empresas OSX e LLX convocaram duas audiências públicas, que ocorreram nos dias 11 (SJB) e 12 (Campos) de janeiro deste ano, ilustrando qual a política de Accountability do Grupo.

Para o diretor financeiro e relações com investidores da OSX, Paulo Roberto Monteiro: “esse foi um passo importante para que possamos iniciar as obras dentro do cronograma do nosso plano de negócios”.

Além das audiências públicas, o Grupo instalou quiosques informativos em vários pontos do município para explicar à população o que é o projeto do estaleiro, apresentando aos cidadãos as empresas que farão parte do negócio (OGX e OSX), tirando dúvidas sobre a implementação.

Outras ações da LLX na área social são os programas: Qualificação Profissional, com cursos de soldador, pedreiro, carpinteiro, mecânico, operador de empilhadeira, técnico hidráulico, almoxarife, armador de ferro e assistente administrativo; Fortalecimento da Pesca, com entreposto pesqueiro, laboratório de informática e consultório odontológico; Nosso Porto Nosso Futuro, que abre as portas do superporto do Açúcar à população, que assim tomam conhecimento do investimento; ABC de Ensino, que dá oportunidade dos pescadores terminarem o ensino fundamental, equivalente ao supletivo; além de outras ações de apoio a comunidade pesqueira de SJB e de conservação ambiental.

Outra grande empresa, multinacional, que se instalará no CLPA é a ítalo-argentina Techint, com seu braço siderúrgico Ternium Brasil, que avança no projeto de instalar uma usina de placas de aço na retro área industrial do superporto.

Iniciativas de Accountability também são realizadas pela Ternium, como a disponibilização dos relatórios anuais da empresa em seu site para download, ilustrando todas as informações dos negócios da empresa, passando a seus acionistas e clientes tranquilidade quanto à sua situação comercial e financeira.

A Ternium disponibiliza notícias sobre empreendimentos, resultados nas bolsas de valores, projetos futuros a serem implantados, e outras informações abertas ao público. Em seu site existe uma área exclusiva para comunicados, onde são disponibilizadas tais informações.

Aguardamos que a Ternium, assim como as demais empresas do Complexo, invistam em qualificação do trabalhador local, para que os recursos fiquem na cidade.

Iniciativas de transparência e probidade são importantíssimas, por isso traremos propostas para melhorar os parâmetros de participação popular na gestão pública e garantirmos cada vez mais transparência nos atos e contas públicas e privadas, pois o controle popular externo deve ter valor de um aceite dos atos daquele governo ou daquela empresa que se mostrarem transparentes.

PROPOSTAS INICIAIS

Faremos propostas que servirão às empresas do CLPA e ao governo municipal, para apreciação e possível execução, mas sempre contando com a participação da comunidade organizada, que tem o direito e dever de fiscalizar os atos dos gestores públicos.

Ressalte-se que em muitas ocasiões na área social a iniciativa privada fica de mãos atadas, pois para resolver alguns problemas da comunidade é necessário algum ato governamental do Poder Executivo ou até mesmo do Poder Legislativo, propondo Leis que melhorem a condição social da população.

PROPOSTAS AO SETOR PÚBLICO

1 – Projeto de Lei que estipule um Fundo Social

Semelhante a iniciativa do Governo Federal com recursos vindos da exploração do Pré-sal, o município contaria com um Fundo Social, a ser discutido, para garantir investimentos futuros nas áreas de maior interesse da população.

O Projeto criaria um FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Prefeitura Municipal, constituindo fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, estabelecendo seus objetivos, assegurando no mínimo 5% dos recursos para recomposição das perdas previdenciárias e elencando as fontes dos recursos.

A Lei determinaria ainda que metade ISS originado pelo CLPA e empresas nele instaladas, acrescido da metade do ICMS do município e 5% dos Royalties e PE seriam destinados ao FS, prevendo as formas de investimento dos recursos do Fundo, a serem definidas por um Comitê de Gestão Financeira, e criaria o Conselho Deliberativo do FS, com atribuição de propor ao Poder Executivo as prioridades e destinações dos recursos resgatados do FS.

O Comitê de Gestão Financeira deve ser formado por representantes das organizações civis, representantes do povo, além de membros da Câmara Municipal e do Executivo Municipal.

2 – Estimular e assistir a criação de Associações Civis

Melhoria do que já é feito hoje, o Governo municipal, em parceria com empresas do Complexo, auxiliaria aos grupos de cidadãos da comunidade interessados em se organizarem em associações, dando acompanhamento passo a passo para implementação desses grupos de debate sobre as causas, efeitos e melhorias para a comunidade oriundas do CLPA.

Muitas associações existentes no município não têm nenhum tipo de apoio para funcionar, sobrevivendo de doações e serviço voluntariado, essa realidade pode ser mudada para aquelas que realmente exercem função social importante na cidade.

A partir do momento que o Governo municipal demonstra interesse nas opiniões, críticas, sugestões e idéias dos moradores locais, cria-se um vínculo de transparência, gerando simpatia mesmo aos olhos dos mais ferrenhos opositores.

3 – Encontros periódicos das Associações com representantes dos poderes

Após apoiar a criação das associações, o Governo por meio do setor de comunicação social, junto com empresas privadas, promoveria encontros periódicos com as diversas organizações civis, tentando incluir também nos debates, membros do setor público, privado, da Câmara de Vereadores, e do Judiciário, como promotores e juízes.

Trata-se de elevar o nível das discussões, trazendo para o fórum aqueles que realmente podem modificar leis, aplicar os recursos tributários provenientes das contribuições geradas pelo CLPA, e aqueles responsáveis por fiscalizar os atos, tanto das empresas particulares, quanto do governo municipal.

Uma iniciativa que demonstraria a seriedade do Governo e das empresas com os assuntos inerentes aos cidadãos e a coragem de abrir debate sobre qualquer questão.

4 – Pesquisas de opinião pública

Realizadas via associações ou diretamente com a população no formato de amostragem, buscando feedback sobre ações públicas sociais, trazendo melhoria contínua e alcançando todos os setores da sociedade.

Ao mesmo tempo o Governo e empresas buscariam dados que ilustrariam se os recursos arrecadados pelo Poder Público municipal dos aumentos nas contribuições fiscais, estariam realmente sendo convertidos

em melhorias para população, como obras de infra-estrutura, melhoria na saúde, segurança, transporte, educação, dentre outras.

Também levantaria a opinião dos habitantes sobre as empresas, seus feitos e como está a imagem delas frente a opinião do cidadão comum de várias classes sociais, níveis de instrução e condições financeiras.

Essas informações, bem consolidadas, dariam base à criação de formas para que as melhorias sejam realmente implementadas junto à comunidade.

5 – Páginas de Transparência Pública

Orientado pela missão de promover cada vez mais a transparência dos gastos públicos, o Governo atuaria firmemente no sentido de incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e ética. A participação ativa da sociedade é imprescindível para garantir o bom uso dos recursos públicos. Como parte desta missão, o Governo ofereceria aos cidadãos as Páginas de Transparência Pública, ampliando ainda mais as condições de conhecimento e controle do uso dos recursos gerados pelo pagamento dos tributos.

As PTP's apresentariam dados referentes às despesas realizadas por todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Governo, com informações sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens.

6 – Parcerias com empresas privadas para o setor turístico

Fazer parcerias com o setor privado, por meio das empresas instaladas no município seria uma saída para a redução do gasto público com o setor de turismo, um dos mais importantes da cidade.

Com patrocínios a prefeitura alocaria as verbas antes destinadas aos shows, eventos culturais e esportivos para outros setores de primeira necessidade da população, reduzindo discussões sobre orçamento para tais iniciativas.

Por outro lado, seria interessante para as empresas terem suas marcas vinculadas a esses eventos, aumentando ainda mais a empatia com a população.

PROPOSTAS AO SETOR PRIVADO

1 – Parcerias transparentes

As empresas privadas têm a possibilidade de criar parcerias tanto com o poder público, quanto com as organizações civis, sendo que para tal cobrará que seu parceiro cultive ações de transparência permanente em suas contas e atos executivos.

Isso seria uma forma de obrigar diretores de associações civis a preservarem certa cautela com recursos dessas instituições, aumentando consideravelmente o índice de gestores honestos e realmente preocupados com seus associados.

Poderemos ter mesma aplicação dessa ferramenta junto aos órgãos públicos, secretarias de governo, fundações públicas, e demais entes da esfera governamental, que deverão comprovar probidade administrativa para conseguir realizar qualquer tipo de parceria com os membros do Complexo.

2 – Propositura de TAC's com o Executivo Municipal

Com mandato de no máximo oito anos, os políticos, em sua maioria, não estão preocupados com o futuro da Administração Pública, pois o seu sucessor nem sempre será aquele preterido, tornando-se difícil que o administrador público tenha cautela necessária para aplicar os recursos municipais de maneira correta, sustentável e responsável.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), promulgada no governo FHC foi um avanço, mas não consegue regular tudo que é necessário na administração pública, são muitas “torneiras” jorrando dinheiro público sem controle algum.

O Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC) é um acordo firmado, de modo que o Executivo municipal se comprometa a agir de acordo com regras ali estabelecidas, sempre embasadas na legislação vigente e sob pena de multa e outras sanções.

É um título executivo extrajudicial e seu descumprimento enseja uma ação de execução, proposta pelo interessado.

Com isso as empresas privadas estariam pressionando o Poder Público a aumentar os valores investidos no município para que o implemento do Complexo seja vinculado a melhoria na condição de vida da população sanjoanense.

3 – Palestras em escolas, faculdades e universidades

A escola possui muitos objetivos, no entanto, não pode abster-se de levar ao aluno outros tipos de conhecimentos que não se encontram nos parâmetros escolares ou grades curriculares.

Referimos-nos aos conhecimentos e informações úteis à construção do caráter e cidadania. Nesse sentido, a escola pode abrir suas portas para entidades como grupos ambientais, ONG's, empresas e órgãos públicos.

Tais instituições podem fornecer informações acerca de temas polêmicos. Sendo benéfico às empresas do Condomínio industrial do Açú que os estudantes da região estejam inseridos nas discussões sobre o Complexo e seus impactos, melhorando as percepções populares acerca do empreendimento.

Atualmente muitas instituições promovem trabalhos dessa natureza, algumas possuem departamentos exclusivos para esse tipo de público. Mas mesmo assim nem todas as escolas levam tais atividades para seus alunos.

Seria de grande valia essa ferramenta, pois exterminaria muitos preconceitos sobre grandes investimentos como este, seus prós e contras, seus verdadeiros impactos e benefícios a médio e longo prazo.

Integrações como essas podem alcançar resultados satisfatórios, além de desenvolver o interesse sobre determinados temas nas crianças e adolescentes.

4 – Fiscalizar e exigir o funcionamento dos projetos sociais

As empresas privadas, por meio de equipe constituída, comitê, ou por seus setores de responsabilidade social, exigirão do Governo Municipal o funcionamento dos projetos instituídos e sua melhoria contínua, afim de que não percam força com passar do tempo e caiam em esquecimento por parte dos governantes.

Tais iniciativas devem, sempre que possível, contar com divulgação na mídia local e com apoio da opinião pública e da imprensa.

Caso os projetos sociais estejam inoperantes, as empresas terão a iniciativa de requerer explicações da Administração Pública, seja diretamente, ou por intermédio da Câmara Municipal.

5 – Criar um canal de diálogo (ouvidoria)

O canal de diálogo, que poderá ser via número de telefone gratuito ou portal online digital, terá como principal função atuar na defesa dos direitos dos cidadãos de SJB, fornecendo informações a população quanto aos seus direitos e deveres, dirimindo dúvidas quanto à implementação do CLPA, tendo como maiores diferenciais:

I – viabilizar canal de comunicação direta entre empresas e sociedade ou entidades civis organizadas;

II – facilitar o acesso do cidadão, seja de entidades organizadas ou não, aos dados e informações necessários para melhor entendimento desse projeto, executando a transparência nos atos gerenciais das empresas;

III – criar diferencial nas empresas envolvidas nesse tipo de relacionamento junto aos cidadãos.

A Ouvidoria deverá ficar sob responsabilidade de um Ouvidor, indicado pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da empresa, e sua atuação será sempre de forma personalizada, independente e imparcial.

Empresas que têm como seu negócio a exploração de recursos naturais vivem em constante embate com a opinião pública, por esta entender ser prejudicial tal atividade extrativista. Sendo que a partir do momento em que a atividade principal das empresas e a riqueza gerada por elas, retorna à sociedade em forma de melhorias na estrutura, educação, saúde, segurança e emprego, outro prisma de entendimento é aberto, facilitando a aceitação por parte de todos os membros da sociedade.

3. CONCLUSÃO

Durante este trabalho, podemos dimensionar a grandeza dos investimentos gerados em toda a região Norte-Fluminense, principalmente no município de São João da Barra, no qual o volume de arrecadação aumenta consideravelmente. Porém, não basta tamanha riqueza contribuir para o desenvolvimento da verba dos cofres públicos, um crescimento sem os estudos e a infra-estrutura adequada pode se tornar um verdadeiro caos, como em outras regiões portuárias do nosso país.

Todo desenvolvimento, para ser de efetivo sucesso, deve ser pautado em análises consistentes, projeções para o real acompanhamento do crescimento dos índices de segurança pública, saúde, aumento populacional, educação, saneamento, além de outros determinados indicadores sociais.

A Accountability se mostra bastante importante no atual contexto, visto que viabiliza meios pelos quais a população possa interagir com o poder público, além de conferir uma maior organização popular com os incentivos propostos, no que diz respeito a instituições, associações de moradores, bem como outras formas de reunião, em que a sociedade possa se informar e cobrar da administração, uma melhor aplicabilidade das receitas adquiridas.

Tais formas organizacionais fazem com que o povo tenha uma verdadeira influência nas decisões de seu interesse, obtendo a força necessária para não ficar restrito a impasses de opiniões políticas adversas entre Prefeitura e Câmara, por exemplo, onde quem sai prejudicada, é toda a sociedade.

A participação popular é essencial não só na fiscalização, como também no seu desenvolvimento intelectual, além de sua qualificação profissional. Países desenvolvidos agregam cada vez mais conhecimento para sua população, entendem que, com uma sociedade mais qualificada, sua economia tende a crescer. Sofremos por décadas com um pensamento arcaico de nossos representantes, esse é o momento de fazermos a nossa parte.

Entendemos que, com as ferramentas propostas e o verdadeiro interesse social, a região tem possibilidade de iniciar o processo de crescimento da maneira correta, sendo exemplo para todo o Brasil.

Ainda há tempo, podemos ser a diferença fundamental entre um país em desenvolvimento e um líder mundial.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANP: Glossário da Agência Nacional do Petróleo. Disponível em: < <http://www.anp.gov.br/?id=582>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

MACHADO, H.B. Curso de Direito Tributário. 19ª edição. São Paulo/SP: Ed. Malheiros, 2001.

RIBEIRO, A.C. A Economia do Norte Fluminense: Análise da Conjuntura e Perspectivas. 1ª edição. Campos dos Goytacazes/RJ: Ed. Grafimar, 2010.

RIBEIRO, A.C. Indicadores econômicos da instalação do Complexo Portuário do Açú. Blog Economia do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ, out. 2010. Disponível em: <<http://economianortefluminense.blogspot.com/2010/10/uma-analise-da-trajetoria-e-dos.html#comments>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

SÃO JOÃO DA BARRA. Lei Orgânica do município: 1990.

MACHADO, H.B. Curso de Direito Tributário. 19ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.

Código Tributário Nacional: 1967.

DÁLIA, J.J.S. Participação política no sistema representativo democrático: uma reflexão sobre o processo de accountability. Jus Navigandi. Teresina/PI, ano 11, n. 1440, jun. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9991>>. Acesso em: 29 set. 2010.

FÊU, C.H. Controle interno na Administração Pública: um eficaz instrumento de accountability. Jus Navigandi. Teresina/PI, ano 7, n. 119, out. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4370>>. Acesso 30 ago. 2010.

FILHO, J.S.C. Manual de Direito Administrativo. 22ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Lumen Juris, 2009.

FRANCO, A. Pobreza & Desenvolvimento Local. Brasília: 2002.

KRAEMER, M.E.P. Responsabilidade Social: um olhar para a sustentabilidade. Gestio Polis.com. Bogotá/COL, fev. 2005. Disponível em <<http://www.gestiopolis.com/Canales4/ger/responsabilidade.htm#mas-autor>>. Acesso em: 03 set. 2010.

MONTEAGUDO, R. Administração e a contabilização/Accountability para o terceiro setor. São Paulo/SP: Scortecci Editora, 2007.

PASSADOR, C.S. A Responsabilidade Social no Brasil: uma questão em andamento. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa/POR, out. 2002.

PORTO, E.G; DE CASTRO, F.C.L; PEROTTONI, F.L. A Lei de Responsabilidade Fiscal e os meios eletrônicos como forma de promoção da transparência fiscal na gestão pública. Jus Navigandi. Teresina/PI, ano 10, n. 1080, jun. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8533>>. Acesso em: 03 set. 2010.

VIEIRA, J.B. Estado, sociedade civil e accountability. Ensaio FEE. Porto Alegre/RS, v. 26, n. 1, p. 605-626, jun, 2005.

<<http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=118&lng=br>>. Acesso em 10 set. 2010.

<http://www.bancoreal.com.br/sustentabilidade/?clique=Geral/Frame_Superior/Menu_Institucional/Sustentabilidade>. Acesso em 29 set. 2010.

<<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=176>>. Acesso em 29 set.2010.